



**Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal**

PROJETO DE LEI N.º 013/2023

Dispõe sobre as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência no Ambiente Escolar – CIPAVE – no âmbito da rede de ensino público municipal de Balneário Pinhal e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência no Ambiente Escolar – CIPAVE – no âmbito da rede de ensino público municipal de Balneário Pinhal.

Art. 2º Poderão ser instituídas, nas escolas da rede de ensino público municipal de Balneário Pinhal, Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência no Ambiente Escolar – CIPAVE –, como parte integrante da gestão democrática do ensino a nível municipal.

Art. 3º Formam os objetivos da CIPAVE:

- I – observar as condições e as situações de risco de acidentes e violências no ambiente escolar e em seus arredores;
- II – discutir medidas para evitar acidentes e violências ocorridos no ambiente escolar;
- III – solicitar o cumprimento de medidas pelas autoridades públicas para prevenir, reduzir e eliminar as situações de risco de acidentes e violência no ambiente escolar;
- IV – estimular a mentalidade prevencionista na comunidade escolar.

Art. 4º Para a consecução de seus objetivos, caberá às Comissões instituídas por esta Lei:



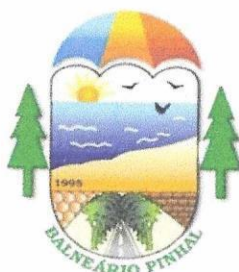
Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal

- I – identificar os locais de risco de acidentes e de situações de violência ocorridas no ambiente escolar, produzindo mapeamento dos pontos vulneráveis a fim de redução dos índices e prevenção;
- II – definir a frequência e a gravidade dos acidentes, como também de situações de violência ocorridas no ambiente escolar;
- III – averiguar circunstâncias e causas de acidentes e situações de violência no ambiente escolar;
- IV – planejar, recomendar e acompanhar a execução das medidas de prevenção a acidentes e situações de violência no ambiente escolar;
- V – estimular o interesse em segurança na comunidade escolar;
- VI – colaborar com a fiscalização e observância dos regulamentos e instruções relativas à limpeza e à conservação do prédio, das instalações e dos equipamentos dos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino;
- VII – realizar, semestralmente, estudo estatístico relativo a acidentes e situações de violência ocorridas no ambiente escolar, divulgando-o na comunidade e comunicando-o às autoridades competentes.

Art. 5º A CIPAVE criada em cada uma das escolas municipais, observará em sua composição a representação de alunos, pais ou responsáveis legais, profissionais da educação e servidores públicos municipais lotados no estabelecimento público de ensino respectivo, respeitadas a pluralidade e paridade e estando previsto um suplente para cada um dos titulares

Parágrafo único. O suplente substituirá o titular em eventuais ausências ou em caso de desligamento deste.

Art. 6º Para a representação da CIPAVE serão eleitos 1 (um) presidente, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) primeiro e 1 (um) segundo secretários, sendo os demais considerados efetivos.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal

Parágrafo único. A CIPAVE deliberará, independentemente de quórum mínimo, acerca das demandas que lhe compete, devendo, no entanto, seus representantes zelarem pela participação de todos os seus membros.

Art. 7º As Comissões, de que tratam esta Lei, exercerão representatividade e interlocuções com entidades e instituições que tenham por finalidade a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, no intuito de buscar soluções e fortalecer ações voltadas à prevenção de acidentes e situações de violência no ambiente escolar e no entorno das instituições de ensino abrangidas neste diploma.

Art. 8º Fica criado o “Dia Municipal de Prevenção e Combate à Violência Escolar”, a ser comemorado, anualmente, no dia 07 de abril, seguindo a data a nível nacional instituída pela Lei Federal n.º 13.277, de 29 de abril de 2016.

Parágrafo único. Comemorar-se-á na mesma data disposta no caput do Art.8º o “Dia Municipal de Prevenção Acidentes no Ambiente Escolar”, parte integrante dos objetivos da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência no Ambiente Escolar.

Art. 9º A presente Lei poderá ser regulamentada, no que couber, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

Art. 10 Fica revogada a Lei Municipal n.º 1.515, de 17 de dezembro de 2018.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Pinhal, 16 de outubro de 2023.


Ver. Delegado Alexandre
Bancada do PTB



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal
JUSTIFICATIVA

Instituído inicialmente em escolas da rede pública estadual de ensino, pela Lei Estadual nº 14.030/2012, o Programa Permanente de Prevenção de Acidentes e Violências Escolares, por meio das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violências Escolares – CIPAVEs –, é realidade nos municípios de Caxias do Sul, Canoas e Porto Alegre e tem como objetivo envolver as comunidades num esforço comum de preservar e auxiliar a escola frente à realidade preocupante do aumento das situações que ameaçam a integridade dos alunos e, muitas vezes, dos(as) professores(as), dos demais servidores públicos que trabalham nos estabelecimentos de ensino, bem como do patrimônio público.

É instrumento de apoio pedagógico para solução, prevenção e combate a conflitos com base nos direitos humanos, promovendo uma cultura de paz e não violência, buscando proporcionar ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos os envolvidos no contexto educacional. Por meio desse instrumento, busca-se alcançar o cumprimento da Agenda 2030, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 4, subitem 4.7, 4.a, fortalecendo-se as relações entre a escola e a comunidade, por meio da coordenação Secretaria Municipal de Educação, em parceria com secretarias afins, e possibilitando a participação de entidades da sociedade civil engajadas e atuantes na temática.

Acerca dos dados relacionados à violência no ambiente escolar, pesquisa realizada pela Faculdade Latino-americana (Flacso), com apoio da Secretaria da Educação do RS (Seduc) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), relacionada ao programa *O Papel da Educação para Jovens Afetados pela Violência e Outros Riscos*. A pesquisa foi feita através de 1.200 questionários, entre os anos de 2016 e 2017, em 25 instituições de ensino de Porto Alegre. Dentre os resultados, ao menos três se destacam como relevantes ao proposto neste projeto: a) 42% dos estudantes já sofreram algum tipo de agressão na escola, dos quais os mais comuns são roubos e furtos (14%), b) brigas/agressão física (14%), c) xingamentos (13%), d) uso de drogas ilícitas (11%), e) uso de bebidas alcoólicas (9%); 79% declararam que



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal

já foram discriminados: f) 12% pela sua raça/cor; g) 10% por ser homem/mulher; h) 9% pela orientação sexual, i) 11% pela religião, j) 10% pela classe social, k) 8% pela preferência política, l) 17% pela roupa/aparência e m) 11% pelo lugar onde mora.

No tocante ao entorno das escolas, este também é identificado como preocupante uma vez que 86% dos pesquisados declararam haver violência decorrente roubos/furtos (16%), uso de drogas ilícitas (9%) e brigas/agressão física (8%).

Outro dado importante é a afirmação feita pelos jovens entrevistados, os quais referiram que sentem falta de serem ouvidos e de dialogarem com os adultos, que deveriam considera-los como atores no processo de aprendizagem.

A violência a ser coibida também se relaciona com atos praticados contra professores. Pesquisa global feita com mais de 100 mil professores e diretores de escolas do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio – alunos de 11 a 16 anos – destaca o Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. A enquête da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresenta que 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítima de agressões verbais ou de intimidação de alunos uma vez por semana, índice este o mais alto entre os 34 países pesquisados – a média entre eles é de 3,4%. Abaixo do Brasil estão a Estônia – 11% - e a Austrália -9,7%.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho/2023, dados apontam que as ocorrências são motivadas, sobretudo, por discursos de ódio, bullying, racismo, misoginia, intolerância étnica ou religiosa e “exigem resposta pública que compreenda e considere a complexidade do fenômeno”.

Cerca de 2,3% das escolas brasileiras relataram casos de assédio sexual. O trabalho considera que pode parecer pouco, mas significa que milhares de alunos e de professores têm, na violência, uma das experiências mais marcantes negativamente de suas trajetórias pessoais e profissionais, e que afetam sua relação com a escola.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal

Em 2021, o bullying foi sinalizado por 49,5% das escolas gaúchas como fator principal de violência no ambiente escolar. Esse percentual está acima da média nacional (35,7%). Em SC são 60,2%; DF, 51,7%; e SP, 50,6%. Outros problemas indicados pelos educadores foram: vandalismo (22,8%); grades e muros que isolam as escolas em estado impróprio (21%); condições de segurança inadequadas em entradas e saídas das instituições de ensino (19%); e discriminação (18,4%).

Entre os pontos abordados de atuação da CIPAVE está a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Não há dados precisos quanto à quantidade de acidentes ocorridos nos estabelecimentos de ensino, contudo há pesquisas que apontam um grande índice de mortandade e de hospitalizações de crianças e adolescentes. Segundo pesquisa realizada pela ONG *Criança Segura*, a partir de dados obtidos junto ao Ministério da Saúde de 2011 a 2017, 40 mil crianças/adolescentes morreram dentro do período indicado, em razão dos seguintes fatores: afogamento, sufocamento, intoxicação e quedas. Ao passo que o número de hospitalizações aumentou pelas mesmas causas, o que atingiu a marca de 680 mil pessoas na faixa etária de 0 a 14 anos.

No caso específico de acidentes ocorridos no ambiente escolar muitos fatores concorrem para tais ocorrências como estruturas prediais desatualizadas, escadas sinuosas, pisos escorregadios, brinquedos sem manutenção, entre outros.

Sabe-se que os acidentes intraescolares são frequentes, muitas vezes relacionados à falta de cuidado, prevenção e conhecimento, por parte dos profissionais atuantes nos estabelecimentos de ensino.

Nesse sentido, inclusive, a CIPAVE apresenta como objetivo também o cumprimento da Lei Federal n.º 13.722, de 4 de outubro de 2018, a Lei Lucas Begalli, que estabelece a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Assim, pretende-se uma atuação consciente e coesa das Comissões a fim de atuarem preventivamente quantos aos pontos abordados.



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Legislativo Municipal do Balneário Pinhal

Destarte, considerando-se que a proteção integral das crianças e adolescentes perfaz responsabilidade coletiva da sociedade em efetivar os direitos deste grupo de vulnerabilidade acentuada, em face da condição de seres humanos em desenvolvimento físico, psicológico, moral, etc., conforme estabelece o art. 227, da Constituição da República e artigos 1º e 4º, caput, da Lei Federal n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente -. Haja vista que a escola é um espaço público em que a criança/adolescente deve ser reconhecida e acolhida, onde se convive com a diferença e onde se promove o respeito à diversidade, sem o que não se educa para a paz. Acreditamos que, a partir disso, todo o entorno pode ser afetado positivamente.

Diante disso, o gerenciamento de conflitos com afeto, atenção, responsabilidade e comprometimento é um caminho que se aprende coletivamente, bem como a prevenção a ocorrência de acidentes, perfazem a aplicação e criação das CIPAVES.

Por fim, o objetivo central é criar uma inter-relação entre o Poder Público e a Comunidade Escolar para que juntos, em comunhão de esforços, atuem na busca de soluções comuns a acidentes intraescolares e a prevenção à violência no ambiente escolar e no entorno dos estabelecimentos de ensino público municipal.

Balneário Pinhal, 17 de outubro de 2023.

Recebi em 17/10/2023
Secretaria CM
Balneário Pinhal RS

Ver. Delegado Alexandre
Bancada do PTB